

## Contributo para o Plano Regional de Saúde 2030

**Entidade:** Individual

**Resumo/Descritor:** Desinvestimento do CS Calheta

Necessidade de investir em: ao nível de ampliação, colocação TAC, melhoria de equipamentos, recursos humanos

**Texto:**

### “CONTRIBUTOS PARA MELHORIA, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO REGIONAL DE SAÚDE 2030 NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Plano Regional de Saúde é um documento estratégico no desenvolvimento organizacional e operacional do Sistema Regional de Saúde na Região Autónoma dos Açores, pelo que este instrumento requer uma profunda análise e reflexão.

Presentemente os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, encontram-se atualmente mobilizados sobretudo para as áreas de tratamento e reabilitação. Nas ilhas de baixa densidade populacional, os centros de saúde apresentam-se como hospitais "de retaguarda", possuindo unidade de internamento, não dispo de hospital, pelo que a prevenção da doença e promoção da saúde exige mais tempo para o seu planeamento e execução, a que os atuais profissionais não conseguem corresponder.

A título de exemplo, é a realidade da Fisioterapia na Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge (USISJ), que tem diversas equipas de trabalho, que para além dos cuidados secundários e terciários, participa nos diferentes simulacros realizados a nível ilha, na saúde escolar, intervenção precoce e recentemente na saúde comunitária, faltando recursos humanos, meios materiais e formação especializada.

Um aspeto importante é o reforço do número de profissionais na Região Autónoma dos Açores (RAA) e a sua fixação. As bolsas de estudo que em anteriores governos foram atribuídas aos estudantes açorianos que se formaram na área de diagnóstico e terapêutica, demonstrou ser uma excelente iniciativa na fixação destes técnicos, reforçando os respetivos quadros de pessoal das unidades de saúde.

A necessidade de uma Escola Superior de Saúde na Região Autónoma dos Açores para a formação de técnicos superiores na área de diagnóstico e terapêutica é mais uma medida primordial para o incremento no número destes profissionais nos Açores.

Presentemente novos profissionais provenientes do exterior da região ou recém-formados dos Açores, são aliciados por países que lhes oferecem outras condições (salários mais elevados, condições laborais e profissionais que favorecem o seu contínuo desenvolvimento pessoal e profissional), pelo que a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto deverá melhorar as condições oferecidas a estes e aos seus colaboradores.

Outros desafios também se colocam relacionados com a insularidade Açoriana. Nomeadamente os custos elevados para a frequência de formação para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, maior dificuldade na troca de experiências com colegas e as limitações no acesso a tecnologias e meios digitais entre outros, (exemplo da existência de algumas áreas populacionais açorianas não disporem de cobertura por fibra ótica ou rede móvel) condicionam a realidade profissional destes profissionais.

Tendo em conta estes aspetos da insularidade, os mesmos deverão ser analisados e tidos em conta pelo Governo Regional.

Os sistemas de saúde públicos são incomportáveis financeiramente, pelo que é necessário repensar este sistema de saúde regional gratuito ou tendencialmente. Presentemente os custos insulares da saúde nos Açores são elevadíssimos aumentando progressivamente a cada ano, e absorvendo uma elevada percentagem do orçamento regional pelo que se requer uma melhoria no acesso e eficiência na rede hospitalar na cobertura dos cuidados de saúde de proximidade.

Outra complexa situação, é o decréscimo populacional regional que exige adaptar as unidades de saúde à realidade de cada ilha, (S. Jorge-2 centros de saúde, Pico – 3, Terceira-2 e S. Miguel- 5), para a melhoria da gestão, operacionalização e coordenação dos serviços de cuidados de saúde públicos.

Fará sentido a duplicação de serviços ou a sua centralização exclusivamente num dos Centros de Saúde da Unidade de Saúde de Ilha de S. Jorge (exemplo a existência de dois ecógrafos ou futuramente dois aparelhos de TAC)?

Como é possível falar-se em propostas de investimento para a Ilha de S. Jorge com a construção do novo bloco do Centro de Saúde de Velas (CSV) se à pouco mais de 1 ano foram concluídas e inauguradas as suas obras de beneficiação superiores a mais de 3 milhões de euros numa infraestrutura que nem é propriedade do Governo Regional da RAA.

Relativamente à saúde no município da Calheta, não podemos esquecer que em saúde todo o tempo conta, principalmente nas questões da emergência médica, nomeadamente das evacuações dos utentes do Centro de Saúde da Calheta (CSC). Pois é muito relevante, dotar esta unidade com a infraestrutura do seu heliporto.

Como ponto de investimento prioritário é imperioso reforçar a política de recursos humanos do Sistema Regional de Saúde, nomeadamente de médicos de medicina geral e familiar (exemplo desta situação é o Centro de Saúde da Calheta da USISJ que presentemente tem 4 médicos de MGF - 2 têm mais de 70 anos, outro brevemente irá reformar-se e apenas há mais outro profissional próximo dos 60 anos a exercer).

Presentemente urge reforçar as medidas de incentivo á fixação de médicos de medicina geral e familiar nas USI. As bolsas de estudo que anteriores governos atribuíram aos estudantes açorianos que ingressavam no curso de Medicina, demonstraram ser uma excelente iniciativa na fixação destes profissionais reforçando os respetivos quadros de pessoal das unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Como medidas essenciais, pretendo ainda acrescentar neste Plano a melhoria das respostas à doença grave ou incurável, reformular e reforçar a Saúde Mental, rever o modelo atual da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (RRCI) e a Revisão do modelo atual das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) nos Açores e mais especificamente na Ilha de S. Jorge em concreto no concelho da Calheta, um dos concelhos mais envelhecidos da região que apenas dispõe de uma Unidade Residencial para Pessoas Idosas propriedade da Santa Casa da Misericórdia da Calheta que encontra-se lotada e apenas dispõe de capacidade para 30 utentes, necessitando celeremente de obras de ampliação da sua infraestrutura.

A conjuntura que vivenciamos nos Açores ao nível da saúde exige do Governo Regional uma solução política conjunta com o Governo da República Portuguesa e um consenso político alargado com as diferentes forças políticas dos Açores.

Deste modo poderão encontrar-se soluções para a sustentabilidade do Sistema Regional de Saúde dos Açores e melhoria de resposta e acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Com estes contributos pretendo demonstrar e cooperar com as iniciativas do Governo Regional dos Açores, na implementação e melhoria dos princípios e pressupostos de execução deste novo Plano Regional de Saúde 2030.”